



GRUPO PARLAMENTAR

MENCIONE-SE, PUBLIQUE-SE
E EXPEÇA-SE

22 / 11 / 2012

Manuel Pinheiro

Ex.mo Sr. Presidente
da Assembleia República:

REQUERIMENTO Nº 1317/IX (1ª) – AC

Assunto: derramamento de *fuelóleo* pelo navio *Prestige* ao largo da costa galega-consequências para a actividade pesqueira nacional

Apresentado por: Jorge Tadeu Morgado, Luis Campos Ferreira, Fernando Santos Pereira e Bernardino Pereira (PSD)

A tragédia ambiental que se abateu recentemente sobre as águas do Noroeste da Península Ibérica e sobre a costa da Galiza, na nossa vizinha Espanha, tem consequências para o nosso país, em especial para as zonas litorais dos distritos de Viana, Braga, Porto e Aveiro. Enquanto cidadãos do mundo apoderou-se de nós um sentimento de mágoa e de tristeza por mais esta ferida que se abriu no planeta terra e pela qual todos, enquanto membros da raça humana, nos deveremos sentir responsáveis.

Além disso, enquanto consumidores e portugueses, encontramos-nos apreensivos relativamente à qualidade que, doravante, poderemos obter dos alimentos vindos do mar, em especial daqueles que se desenvolvem junto ao local da tragédia. Ainda enquanto residentes neste país, estamos profundamente preocupados com os efeitos nefastos que este derramamento trará aos locais onde muitos de nós habitam ou passam grande parte do seu tempo.

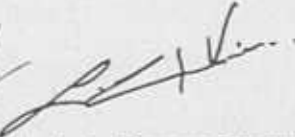
Também aqueles de nós que sentem o "apelo do mar", desenvolvendo nele a sua profissão, bem como todos aqueles que trabalham e investem em actividades que dependem essencialmente do produto do sector das pescas, comungam da apreensão e preocupação dos restantes cidadãos nacionais, com a agravante dos efeitos directos que esta tragédia poderá vir a ter nas suas vidas, pois do produto do mar depende o sustento das suas famílias.

Tendo em atenção o anteriormente exposto e, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito ao Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas as seguintes informações:

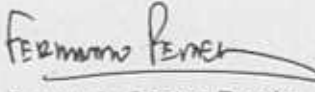
- 1) Tendo como objectivo a manutenção da qualidade alimentar dos bivalves e do peixe comercializados e consumidos em Portugal, que tipo de acções concretas de fiscalização e controlo têm vindo a ser desenvolvidas por esse Ministério?
- 2) Como forma de garantir a manutenção da qualidade futura dos produtos alimentares anteriormente referidos, existem algum tipo de medidas programadas por esse Ministério?
- 3) Estão previstas medidas para um hipotético cenário de agravamento das condições ambientais actuais, nomeadamente no que diz respeito à interdição de certos tipos de capturas?
- 4) De que forma está a ser afectada a frota pesqueira portuguesa a actuar em Espanha pela interdição da pesca determinada pela Secretaria das Pescas do Governo Regional da Galiza?
- 5) Caso exista uma cessação temporária da actividade pesqueira, captura de bivalves ou aquicultura, por motivos ecológicos, tem o Governo Português programada a activação dos apoios no âmbito do IFOP (UE) (ou outros) para os profissionais afectados, à semelhança do que fez a vizinha Espanha?

Palácio de São Bento, 21 de Novembro de 2002

Os Deputados



Jorge Tadeu Morgado Luis Campos Ferreira



Fernando Santos Pereira



Bernardino Pereira